



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO DEPARTAMENTO MUNICIPAL – CRAS/ECHAPORÃ-SP

CONTRATO Nº. 020/2017
Processo nº 049/2017

Por este instrumento particular de contrato por prazo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, com base no art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ECHAPORÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito sob o CNPJ n. 44.470.300/0001-00 com sede à Rua Praça Riodante Fontana, nº. 10, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, o senhor **LUÍS GUSTAVO EVANGELISTA**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade (RG) n. 30.421.475-9, e do CPF nº 285.330.428-09, residente e domiciliado no Município de Echaporã, SP, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa **RODRIGO GAZETTA DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.014.203/0001-30, com Sede na Rua Rio Branco, nº 160, no município de Echaporã, Estado de São Paulo, aqui representada pela Rodrigo Gazetta da Silva, Brasileiro, Solteiro, Empresário, inscrita no CPF 341.364.478-50 e RG 40.611.644, residente e domiciliada na Cidade de Echaporã/SP, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si, justos e Contratadas o que abaixo segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Contratação de empresa para prestar serviços técnicos profissionais como Ensino de Arte e Cultura (Dança, Zumba e Street Dance) no Cras-Centro de Referência de Assistência Social do Município de Echaporã/SP.

CLÁUSULA SEGUNDA DO HORÁRIO DE TRABALHO

A Contratada deverá cumprir uma jornada 02 horas diárias, sendo 01 hora do período da manhã e 01 hora no período da tarde.

A Contratada deverá executar suas atividades junto ao prédio do Cras, bem como poderá utilizar seus equipamentos necessários para a execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS SERVIÇOS BÁSICOS

A Contratada deverá entre outros, prestar o seguinte serviço:

- I – Efetuar a Oficina de danças,

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

A CONTRATANTE fica obrigada a



- I – Desenvolver a criatividade e habilidade específicas de cada um dos indivíduos;
- II – Proporcionar o contato com diversos tipos de danças;
- III – Explorar a potencialidade de aprendizado de cada indivíduo;
- IV – Estimular a interação dos participantes com a atividade a ser desenvolvida.

CLÁUSULA QUINTA DA REMUNERAÇÃO

A Contratada perceberá pelos trabalhos executados, objeto deste contrato, o valor de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais) mensais, pelo período de 08 meses.

Tem-se justo e acordado o valor total de R\$ 4800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais), pelo prazo de 08 Meses, de acordo com a execução dos serviços e cronogramas do Cras do Município de Echaporã/SP.

Os pagamentos serão realizados em até 05 (cinco) dias úteis, após o fechamento do período mensal e emissão de nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente contrato serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

FR 01 – 02.03.08.24400032.033000.3.3.90.39.00 – 214 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
--

CLÁUSULA SÉTIMA DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá início na data de sua assinatura (08/05/2017), podendo vigorar pelo prazo máximo e improrrogável de oito meses, até 31/12/2017.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, de uma a outra, respeitada a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de seu recebimento, desde que respeitadas às cláusulas normativas para rescisão nos parágrafos primeiro a quarto que se seguem, ou em comum acordo entre as partes.

A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:

- I - pelo descumprimento de quaisquer obrigações estabelecidas neste contrato ou por ineficiência nos atos de prestações de serviços, bem como por qualquer ato de desobediência ou insubordinação no trabalho;
- II – por qualquer ato não autorizado que cause prejuízo ao bom andamento dos serviços públicos inerentes a prestação do serviço contratado;
- III - pela liquidação da Contratante ou do Contratado;



IV - por morte do Contratado;

A rescisão, por qualquer das partes, sem os critérios contidos no "caput", sujeitará o infrator ao pagamento de multa equivalente à base média do recebimento mensal durante a vigência deste contrato, corrigido monetariamente, multiplicado pelo número de meses que restam para o efetivo término do mesmo.

CLÁUSULA NONA DO DISTRATO E ANULAÇÃO

O presente contrato será objeto de Distrato ou Anulação, nos seguintes casos:

- a) Distrato - acontecerá por solicitação do contratado, quando manifestar expressamente esta intenção, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo a critério da Administração.
- b) Anulação - contratação em desacordo com a Lei citadas, é nula de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA DA REPARAÇÃO DE DANOS

Em caso de danos causados pela contratada à Administração Pública, ora contratante, a devida reparação será descontada dos valores tidos a receber, de forma imediata e lançada de ofício nos registros contábeis e de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DOS DEVERES E CUMPRIMENTO DA ORDEM

A contratada obriga-se a respeitar as determinações de serviço emanadas da Administração Pública, ora contratante, tanto com referência aos termos dos regulamentos internos e avisos, como a quaisquer outros meios adotados, segundo a conveniência da própria Administração.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA ACÚMULO DE CARGO OU FUNÇÃO

A Contratada declara para todos os efeitos legais, que não ocupa cargo, emprego ou função pública, em regime de acumulação, em qualquer das esferas de Administração Pública, seja Municipal, Estadual ou Federal e que, se ocupa tal cargo está dentro da previsibilidade do art. 37, XVI, "b", da CF/88, não gerando prejuízos a Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplica-se ao presente contrato toda a legislação vigente no País, com base no art. 37, IX da Constituição Federal e em especial a Legislação Municipal vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

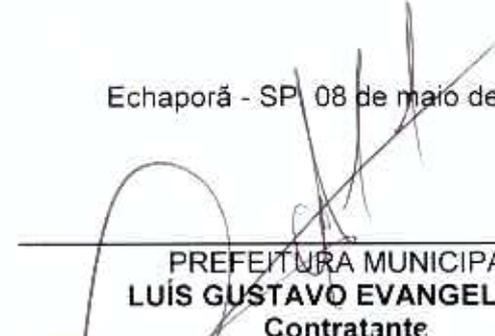
CNPJ: 44.470.300/0001-00

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO COMPETENTE

As partes, de comum acordo, elegem o Foro e Comarca do Município de Assis, Estado de São Paulo, para dirimir todas as questões oriundas do presente instrumento contratual, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justos e Contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para após serem publicados na forma legal.

Echaporã - SP, 08 de maio de 2017.

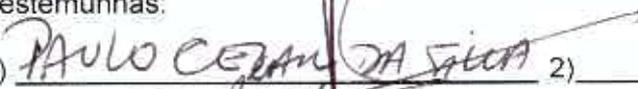


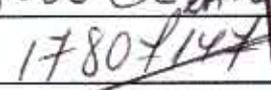
PREFEITURA MUNICIPAL
LUÍS GUSTAVO EVANGELISTA
Contratante



RODRIGO GAZETTA DA SILVA
Contratada

Testemunhas:

1)  2) _____

RG.  RG. _____